



REVISTA ESPAÇO DE DIÁLOGO E DESCONEXÃO

Link: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd>

DOI: 10.32760/1984-1736/REDD/2025.v17i2.20142

Recebido em: 02/04/2025.

Aceito para publicação em: 01/12/2025.

Leticia Lauane SouzaUniversidade Federal de São Carlos –
Campus SorocabaOrcid: <https://orcid.org/0009-0004-9571-6892>**Neusa de Fátima Mariano**Universidade Federal de São Carlos –
Campus SorocabaOrcid: <https://orcid.org/0000-0002-3472-7158>**Território entrelaçado: mulheres como sujeitas políticas na luta pela terra - Assentamento Horto Bela Vista – Iperó SP.****Resumo**

A luta das mulheres pelo acesso à terra no Brasil é um processo marcado pela invisibilização de seu trabalho e pela reprodução da desigualdade de gênero no campo. A partir da articulação entre entrevistas e o referencial teórico, essa pesquisa busca demonstrar como a divisão sexual do trabalho nos acampamentos e assentamentos marginalizam a atuação das mulheres, restringindo sua participação política, desvalorizando sua contribuição econômica e participação ativa na constituição desse território. Ao mesmo tempo, as mulheres protagonizam formas de resistência e organizações coletivas, como movimentos agroecológicos, que buscam a construção de um campo mais justo. A análise da trajetória da assentada Maria Rodrigues ilustra essa dinâmica, demonstrando que a luta pela terra é também uma luta pela autonomia e pelo reconhecimento das mulheres como sujeitas políticas. E esse movimento acontece de maneira coletiva, por isso esse texto recebe como título, Território entrelaçado, por remeter à ideia de algo construído coletivamente, como um tecido, formado por diferentes fios que se cruzam, assim como as mulheres camponesas, que através da luta pela terra, entrelaçam suas histórias, vozes e práticas. Portanto, a presente pesquisa reforça a importância da abordagem da questão de gênero nos estudos sobre a questão agrária brasileira.

Palavras-chave: luta das mulheres; questão agrária; agroecologia; gênero.

Interlaced territory: women as political subjects in the struggle for land – Horto Bela Vista Settlement – Iperó SP.**Abstract**

The struggle of women for access to land in Brazil is a process marked by the invisibility of their work and the reproduction of gender inequality in the countryside. Through the articulation of interviews and theoretical references, this research aims to demonstrate how the sexual division of labor in camps and settlements marginalizes women's participation, restricting their political engagement, undervaluing their economic contribution, and limiting their active role in the constitution of these





territories. At the same time, women play a leading role in forms of resistance and collective organization, such as agroecological movements, which seek to build a fairer rural environment. The analysis of settler Maria Rodrigues's trajectory illustrates this dynamic, showing that the struggle for land is also a struggle for autonomy and the recognition of women as political subjects. This movement takes place collectively, which is why the title *Interlaced Territory* was chosen, referring to the idea of something built together, like a fabric formed by different threads that cross one another — much like rural women who, through their fight for land, interweave their stories, voices, and practices. Therefore, this research reinforces the importance of addressing gender issues in studies of the Brazilian agrarian question.

Keywords: women's struggle; agrarian issue; agroecology; gender.

Territorio entrelazado: mujeres como sujetos políticos en la lucha por la tierra - Asentamiento Horto Bela Vista – Iperó SP.

Resumen

La lucha de las mujeres por el acceso a la tierra en Brasil es un proceso marcado por la invisibilización de su trabajo y por la reproducción de la desigualdad de género en el campo. A partir de la articulación entre entrevistas y el marco teórico, esta investigación busca demostrar cómo la división sexual del trabajo en los campamentos y asentamientos marginaliza la actuación de las mujeres, restringiendo su participación política, desvalorizando su contribución económica y su participación activa en la constitución de este territorio. Al mismo tiempo, las mujeres protagonizan formas de resistencia y organizaciones colectivas, como los movimientos agroecológicos, que buscan la construcción de un campo más justo. El análisis de la trayectoria de la asentada Maria Rodrigues ilustra esta dinámica, demostrando que la lucha por la tierra también es una lucha por la autonomía y el reconocimiento de las mujeres como sujetos políticos. Este movimiento ocurre de manera colectiva; por eso, este texto recibe el título de *Territorio entrelazado*, al referirse a la idea de algo que se construye colectivamente, como un tejido formado por diferentes hilos que se cruzan, así como las mujeres campesinas, que, a través de la lucha por la tierra, entrelazan sus historias, voces y prácticas. Por lo tanto, la presente investigación refuerza la importancia de abordar la cuestión de género en los estudios sobre la problemática agraria brasileña.

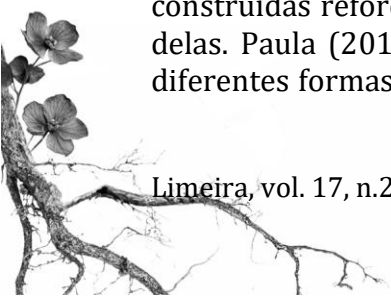
Palabras clave: lucha de las mujeres; cuestión agraria; agroecología; género.

Introdução

A questão da luta pela terra no Brasil é historicamente marcada por desigualdades estruturais, principalmente tendo em vista o processo de colonização. Martins (2019) ressalta que a questão fundiária no país não deve ser analisada de maneira isolada, e sim dentro de um contexto amplo de exclusão social, histórica e econômica.

A questão de gênero ocupa um papel importante e, no entanto, é invisibilizada, pois, as mulheres do campo são fundamentais para a construção desse território, uma vez que enfrentam desafios ainda maiores em relação ao acesso à terra, ao reconhecimento de sua participação política, social além da superação da violência que perpassa suas trajetórias.

Nesse contexto é importante compreender que o campo não é apenas um território de disputas fundiárias, mas também o espaço onde as relações de poder historicamente construídas reforçam o papel das mulheres como “ajudantes”, evidenciando a desvalorização delas. Paula (2015) aponta que a invisibilização do trabalho das mulheres se manifesta de diferentes formas, desde o acesso restrito a espaços de poder e até mesmo à negação de suas





contribuições para a produção e reprodução da vida neste espaço. Paula (2015) também menciona que essas desigualdades não são acidentais, mas resultado de um sistema que deixa as mulheres em uma posição de subordinação. Essa mesma autora aponta que as mulheres conquistaram muitos direitos, ainda vivenciam preconceitos, violências e desvalorização, situação que se agrava quando realizado o recorte de classe e raça.

O território brasileiro é composto pela estrutura social pautada na família burguesa, em que se tem pai, mãe e filho. Neste contexto, as mulheres são responsáveis pelas tarefas domésticas e cuidados com toda a família, deixando a figura feminina restrita ao espaço privado. No entanto, as mulheres pobres precisam também trabalhar fora tendo que desempenhar duplas jornadas de trabalho. Tendo em conta que, segundo Louro (1996), as desigualdades de gênero não ocorrem de maneira homogênea, sendo mais intensa entre as mulheres pobres e negras.

Essa pesquisa está sendo desenvolvida nas bases da ciência geográfica e, desta forma, é válido mencionar que Massey (2000) nos relata que a inserção da questão de gênero dentro da Geografia faz parte de um esforço para analisar o espaço, além do aspecto econômico, pois esse é também influenciado por fatores como raça e gênero. Portanto, na presente pesquisa o conceito de gênero é entendido como parte importante nas relações de poder. Para Bourdieu (2011), as relações de gênero produzem uma relação desigual na distribuição de poder e consequentemente de privilégios de acordo com os sexos das pessoas.

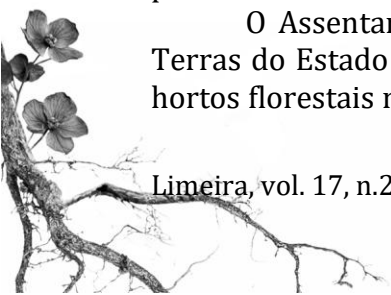
O gênero é uma construção social e histórica, e deve ser compreendido como um conceito plural, não havendo atributos naturais de homens e mulheres, mas sim características socialmente construídas. É importante destacar que sexo e gênero são coisas distintas: o primeiro está ligado às questões biológicas; e o segundo está relacionado às construções sociais. Paula (2015) evidencia que o conceito de gênero foi trabalhado por distintas escolas teóricas e militantes de diferentes correntes políticas, sendo válido mencionar, que o feminismo foi importante para a construção desse conceito.

Butler, uma pensadora pós-estruturalista, contribuiu para essa questão de gênero com uma perspectiva fluida, que está além das oposições biológicas e socialmente reforçadas, para essa autora, gênero é algo inacabado, é algo em devir, sendo composto por múltiplas divergências e convergências que tensionam as estruturas normativas binárias. Butler (2017) afirma que existem estruturas de controle sobre os corpos ligadas à hegemonia heterossexual, em que os corpos passam a representar de modo repetitivo. Essa autora tem em suas contribuições a fala de que o pessoal é político, sendo um diferencial para a leitura feminista da realidade, pois rompeu com o conceito de político, demonstrando que esse vai além do público. Dessa forma, o movimento trouxe para a discussão social temas que antes eram pensados apenas como privados.

A estrutura dual que guia a sociedade tem implicações nas relações de gênero, criando hierarquias e privilegiando as características tidas como masculinas, o que segundo Bereni *et al* (2012) geram consequências nas vivências espaciais. Na Geografia esse debate ganhou espaço nos anos de 1970, em especial no Reino Unido. O gênero dentro da geografia permitiu construções teóricas e metodológicas, que para Silva (2009), trouxe a ampliação dos campos de estudos, que passaram a compreender o espaço a partir também das relações de gênero, pois cada organização espacial é produto das relações de gênero instituídas socialmente.

Entretanto, por muito tempo essas questões foram tratadas apenas como problemas de mulheres, que representavam um pequeno número, dificultando a compreensão de que as relações de gênero são importantes para toda a sociedade. Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo evidenciar a mulher como agente constituinte do território na luta pela terra, para isso será analisado o Assentamento Horto Bela Vista, localizado no município de Iperó/SP.

O Assentamento Horto Bela Vista teve início em 1998, implantado pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo, em terras do antigo horto florestal. Almeida (2019) havia 17 hortos florestais no Estado que pertenciam a Ferrovia Paulista S.A., que estavam sem uso, pois





a empresa passou por mudanças em sua dinâmica e sucateamento, que acarretou privatizações. Dessa forma, o Assentamento Horto Bela Vista está localizado em Iperó, município no Estado de São Paulo.

O processo de luta por esse assentamento teve início a partir da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST), que mapeou o estado de São Paulo em busca de terras para ocupação. Esse processo de ocupação iniciou-se com o acampamento à beira da Rodovia SP-41, que liga a zona industrial do município de Iperó ao município de Tatuí, que segundo Pontes (2020) é onde hoje ficam os lotes 22 e 31 do assentamento, uma vez que essa ocupação se deu no final de 1997.

Em 1999 de acordo com a Portaria nº 44, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), dá reconhecimento ao Assentamento Horto Bela Vista com 31 lotes distribuídos, que segundo Pontes, Ferrante e Barone (2021), somam 1027,30 hectares. A área do Assentamento é próxima do centro urbano de Iperó/SP, que integra a dinâmica da região metropolitana de Sorocaba/SP. Em relação à área dos lotes é importante destacar que segundo Pontes, Ferrante e Baroni (2021), apenas 29 lotes estavam aptos para serem ocupados, pois a área destinada a ocupação antes era ocupada por eucaliptos e madeira era tratada com pentaclorofenol (PCP), tóxico para os seres humanos e para o meio ambiente.

Em relação ao Assentamento Horto Bela Vista Pontes, Ferrantes e Baroni (2009) destacam que as mulheres que praticam agroecologia nesse espaço enfrentam de maneira mais organizada o poder atribuído aos homens. Sendo de suma importância que essas mulheres sejam reconhecidas, uma vez que por meio do trabalho delas é possível garantir a segurança alimentar, conservação, recuperação da biodiversidade e preservação cultural, através dos saberes tradicionais com os quais a agroecologia se constrói.

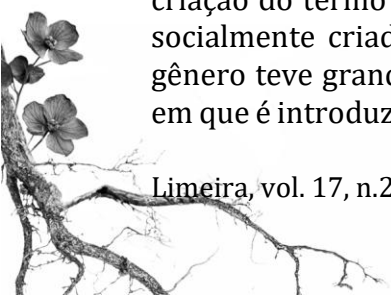
A metodologia empregada para desenvolver a presente pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica, trabalho de campo e entrevista com as assentadas. A pesquisa se pauta em textos acadêmicos sobre a temática estudada, além do Assentamento Horto Bela Vista, trabalho de campo nos lotes do Assentamento e entrevistas com roteiro semiestruturado com as assentadas. Isso permite uma reflexão crítica sobre as dinâmicas de poder e as vivências a partir da perspectiva de gênero.

Relações de gênero na luta pela terra

A relação entre gênero e luta pela terra se dá na medida em que compreendemos a constituição dos territórios de maneira generificada, como fruto da organização social, ou seja, expressa gênero, havendo uma relação dialética na produção desse território, com os movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização da luta pela terra. Segundo Garcia (2004), os estudos das relações de gênero nos permitem repensar as contradições que fundam as diferenças e fortalecem a reprodução das desigualdades.

O gênero é um objeto de estudo reconhecido de maneira concreta. A compreensão deste conceito passa pela ideia do inacabado, sendo constantemente construído e reconstruído. Simone de Beauvoir enfrentou o determinismo biológico que pairava sobre esse conceito com a perspectiva de construção social, em meados do século XX publicou seu livro *O Segundo Sexo* que traz a emblemática afirmação “não se nasce mulher, torna-se mulher” (Beauvoir, 2000, p. 62). Segundo ela ressalta a opressão social que as mulheres sofrem é produto da opressão econômica. Não há estruturas biológicas que conformem a superioridade masculina, logo, os papéis de gênero são construções sociais.

Silva (2009), aponta que essa perspectiva de papéis sociais trouxe a necessidade da criação do termo gênero, para abarcar a construção das identidades masculinas e femininas, socialmente criadas. Garcia (2004), traz em seu trabalho que a construção do conceito de gênero teve grandes contribuições da antropóloga feminista marxista Gayle Rubin, momento em que é introduzida a ideia de sistema sexo/gênero. O sistema criado por Rubin é um conjunto





de mecanismos sociais que servem para transformar a sexualidade biológica em ações sociais e que, por meio da regulação social, o sexo transforma-se em gênero.

Para Haraway (1995), Rubin valeu-se desta teoria para explicar a complementaridade dos sexos, entendendo a heterossexualidade como obrigatória e a opressão das mulheres pelos homens através da premissa fundamental da troca das mulheres no estabelecimento da cultura mediante o parentesco. A análise marxista do sistema como produto da ação humana coloca, porém, a possibilidade da sua mudança mediante a luta política. Não obstante e de acordo com a Haraway (1995), é a objetivização sexual, e não a alienação, a consequência da estrutura sexo/gênero (Garcia, 2004, p. 118).

Nesse sentido, tem-se a perspectiva de que gênero não se distingue de sexo, pois o segundo é absorvido pelo primeiro. E essas ideias são sistematizadas pela historiadora Joan Scott (1995) quando diz que gênero é um elemento que forma as relações sociais, criados a partir das diferenças anatômicas dos sexos, como uma forma de significar as relações de poder. Portanto, para Scott (1995) o masculino e o feminino são constituídos a partir das concepções da sociedade. Sendo para a autora o gênero, um instrumento metodológico, teórico e político. Moore (1999) *apud* Rubin (1975) ampliou as percepções de gênero, trazendo que este deve ser analisado em duas perspectivas, que são diferentes, mas não excludentes, a construção simbólica e a como relação social.

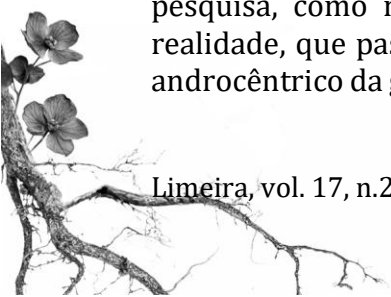
A análise cultural simbólica diz respeito ao que uma sociedade associa a ser homem ou mulher. Garcia (2004) destaca que o enfoque sociológico analisa as funções sociais, interessando-se no que fazem, e não na valorização do simbólico. E é a partir dessa perspectiva que tem se reflexões a respeito da divisão sexual do trabalho e da vida dividida em esferas públicas e domésticas.

Ao definir gênero (...) devemos ter em conta que as atuações sociais, entre um amplo espectro de interações entre múltiplos lugares e situações – por exemplo na casa, no trabalho, ou no boteco – e as distintas formas de pensar e representar os lugares e o gênero relacionam-se entre si e criam-se umas as outras. Todos atuamos como ditam-nos as nossas idéias, que sempre respondem a uma construção cultural, e estão histórica e espacialmente situadas (Mcdowell, 2000, p. 20 *apud* Garcia, 2004, p. 119).

Dentro do debate da construção do conceito de gênero é importante mencionar Donna Haraway, que afirma que o gênero se dá a partir da alteridade e da diferença, e que o conceito de gênero foi criado com base no paradigma de identidade cristalizado, sendo criado de acordo com Garcia (2004), no bojo da distinção entre biológico e cultural, em que o sexo foi relacionado com a biologia e o gênero com a cultura.

Portanto, o gênero contribui para a Geografia permitindo demonstrar que as relações de gênero são constantemente modificadas, variando no tempo e no espaço e são um imperativo nas relações cotidianas.

Pensar as relações de gênero nas análises geográficas, de acordo com Silva (2009), é algo recente, tendo em vista que a perspectiva de gênero na ciência geográfica é ainda pouco permeável. A geografia por muitos anos perpetuou a ciência hegemônica, a ciência ocidental, que legitima somente a visão de mundo dos homens brancos e heterossexuais. Isso fez com que as questões que abordam a desigualdade de gênero dentro da nossa sociedade fossem consideradas inadequadas para a ciência geográfica, e isso foi reproduzido nas suas áreas de pesquisa, como na geografia agrária. Porém, nasce um movimento de contestação dessa realidade, que passa a ser conhecido como a geografia feminista, que questiona o paradigma androcêntrico da geografia e propõe novas abordagens, que passam a considerar a importância





do gênero na construção do espaço. Garcia (2004), afirma que as primeiras geografias a refletirem sobre essa abordagem foram a Liz Bondi (1990, 1993) e McDowell (1999), levando em conta como o gênero influencia na construção do conhecimento, compreendendo o gênero como central para as análises espaciais.

Para Garcia (2004), o gênero condiciona o modo como as pessoas experienciam o mundo, quais oportunidades terão acesso ou o que será negado a esses indivíduos, tendo como ponto central como as relações de gênero concretizam as relações de poder em uma determinada formação social. Dessa forma, inserir a questão de gênero na luta pela terra no Assentamento Horto Bela Vista vai além de querer saber como os lugares de luta se constroem passa por querer compreender como é, onde se concentra e se exclui as pessoas que lutam pela terra, além de valorizar a luta das mulheres e reafirmar que elas também fazem parte da constituição daquele território como agente ativo. Portanto:

Incorporar estas questões significa implementar uma abordagem feminista na nossa pesquisa superando a parcialidade de estudos que ao ignorar tais assuntos, assumem que homens e mulheres têm um comportamento igual, negando o conflito das relações de gênero no processo de territorialização da Luta pela Terra (Garcia, 2004, p. 36).

Com essa perspectiva evidencia-se que as mulheres são situadas de maneira diferente no mundo e suas relações com os espaços que transitam também constroem de modo diferente. Essas diferenças, de acordo com Silva (2009), são concebidas com base no sistema de opressão-dominação em diferentes tempos e espaços.

A luta pela terra que tratamos nesta pesquisa se constitui pelos acampamentos e assentamentos rurais dos Trabalhadores Sem Terras, que são espaços que desafiam o poder, ocupando terras devolutas e latifúndios improdutivos, transformando a dinâmica espacial e construindo novas dinâmicas. A produção desses territórios como já mencionamos está condicionada a reprodução do poder, de acordo com Garcia (2004), tem a construção dos lugares masculinos e femininos expressando espaços de sociabilização apropriados e produzidos por cada gênero, criando uma divisão funcional do espaço.

No território da Luta pela Terra materializam-se estas relações sociais, e são os acampamentos e assentamentos os lugares da sua concretização singular. A sua especificidade radica em sua construção, através de uma constelação particular de relações sociais, que neles se encontram e se entrelaçam (Garcia, 2004, p. 66).

Portanto os acampamentos e assentamentos são lugares que expressam essas singularidades e as relações de poder definem os limites socioespaciais. A divisão das funções de gênero encontra-se, segundo Garcia (2004), condicionada ao caráter temporal dos espaços de luta pela terra. Movimento que inicia com acampamento que objetiva o lote. De acordo com o autor supracitado, durante a fase de acampamento as famílias ficam em situações muitas vezes precárias, o que amplia o tempo de convívio coletivo, fomentando as relações comunitárias, acima da unidade familiar. Sendo esse momento uma luta mais igualitária entre homens, mulheres e crianças.

Contudo, nesse momento da luta pela terra a mulher, segundo Garcia (2004), não está associada ao privado, porém, isso muda quando o assentamento é construído. “as extremas condições de subsistência e vulnerabilidade que o grupo vivência facilita a autopercepção dos acampados e acampadas como sujeitos iguais de resistência” (Garcia, 2004, p. 73). Certamente o cotidiano do acampamento é caracterizado pela construção da identidade coletiva, e neste contexto, a mulher é compreendida como companheira de luta.





Segundo Garcia (2004), as características mencionadas do acampamento são diferentes em relação ao cotidiano no assentamento, em que a participação coletiva é marcada por um corte de gênero. Assentamento rural é um dos maiores passos na luta pela terra, sendo a conquista do acesso à terra, e as famílias passam a se organizar em unidades familiares. Assim, surge a divisão entre o trabalho produtivo e o reprodutivo. Nesse contexto, entende-se os espaços públicos como a roça, o boteco, a militância, enquanto o privado é a casa, o lote. É válido mencionar que segundo Garcia (2004), a roça é compreendida como um espaço de cooperação entre gêneros, mas ainda assim, a concepção de trabalho da mulher é subalterna.

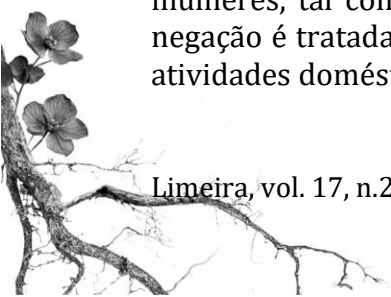
Ao refletir sobre aspectos da luta pela terra, Garcia (2004) observa que, após a conquista da sonhada terra, os objetivos pessoais e a projeção do futuro familiar passam por mudanças, o que acarreta a queda na participação nas lutas e organização do assentamento como um coletivo. E mesmo que o declínio na participação da militância afete ambos os gêneros, é a mulher, especialmente as casadas, que têm mais dificuldade em participar das reuniões e ações coletivas, visto seu cotidiano de trabalho doméstico e no roçado, constituído a dupla jornada de trabalho das mulheres assentadas. “Além do mais, na percepção das assentadas, fica claro que a participação feminina é limitada por constrangimentos fundados nos papéis de gênero, que as impedem de se ausentar livremente do assentamento” (Garcia, 2004, p. 84). Dessa forma, a submissão da mulher sendo sistematicamente reproduzida é reforçada pelos contratos matrimoniais, exacerbando as assimetrias de poder entre homens e mulheres.

Como já mencionado anteriormente o trabalho prestado pelas mulheres é considerado improdutivo de ponto de vista da remuneração econômica, Garcia (2004), também ressalta esse ponto em sua pesquisa, quando diz que “estas que não são expressas em valores monetários, são facilmente esquecidas e desvalorizadas pela sociedade” (p. 86). O autor diz que embora esse discurso seja fortemente defendido pelos homens, há mulheres que também compactuam com esse pensamento, fato decorrente da naturalização das atividades masculinas e femininas. No entanto é importante frisar que segundo Rua e Abramovay (2000), não existe na natureza das mulheres algo que as torne menos participativas, isso ocorre por conta da barreira de participação construída a partir das relações de gênero.

De acordo com Rua e Abramovay (2000), a distribuição e ocupação de homens e mulheres são similares aos estereótipos clássicos, em relação à divisão de tarefas. E, muitas vezes, as tarefas desenvolvidas pelas mulheres superam as dos homens em quantidade, sendo este um panorama dos assentamentos rurais do Estado de São Paulo de acordo com a pesquisa desenvolvida pela UNESCO nos anos 2000.

No assentamento, as mulheres são responsáveis por muitas tarefas com grande peso nas atividades produtivas, como capinar, cortar, plantar, colher, tombar a terra, tirar o leite etc. Mesmo diante do fato de que as mulheres participam de todas as atividades do campo, o discurso de ambos os sexos permanece caracterizando o trabalho feminino como uma ajuda, porque a responsabilidade pelas atividades econômicas, é sempre masculina, na decisão do que plantar ou na comercialização do produto (Garcia, 2004, p. 89).

Isso reforça a submissão das mulheres, em que seu trabalho, a sua participação na lavoura é compreendida como subalterno. Assim, Valenciano (2001) evidencia as assentadas que possuem jornadas triplas são as mulheres engajadas na luta e militância de movimentos. Referindo-se às mulheres que subvertem as imposições da divisão de gênero. Rua e Abramovay (2000), destacam em sua obra intitulada “Companheira de luta ou coordenadoras de painéis?” que as mulheres confinadas à esfera privada faz com que os direitos fundamentais das mulheres, tal como sair de casa, seja negado e essa discriminação e quando questionada a negação é tratada como natural. Há assim, um número restrito de mulheres que conciliam as atividades domésticas, o trabalho no roçado e a militância.





É imprescindível mencionar que as mulheres que constituem as lutas pela terra são diversas, sendo possível realizar análises interseccionais, levando em consideração sua raça, classe e história. Dessa forma, as mulheres experienciam a opressão de maneiras diferentes e consequentemente esse fato é relevante para o empoderamento das mulheres.

A desigualdade no acesso ao poder e tomada de decisões nos assentamentos e acampamentos rurais entre trabalhadores e trabalhadoras coloca o empoderamento como uma necessidade básica para as mulheres. Isso abrange a formação de alternativas provenientes delas próprias, seja por estar organizadas algumas em grupos, seja pela consciência da sua situação (Garcia, 2004, p. 95).

Nesse sentido, em alguns assentamentos e acampamentos as mulheres se articularam para melhorar a qualidade de vida nestes territórios, temos como exemplo, de acordo com Garcia (2004), o Coletivo de Gênero do MST e a Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo (OMAUESP), ambas atuaram fortemente nos acampamentos e assentamentos do Pontal do Paranapanema, e são referência na articulação das mulheres.

De acordo com Garcia (2004), a OMAUESP é coordenada pelo Instituto de Terras de São Paulo (ITESP) e tem como objetivo organizar as mulheres assentadas em projetos para aumentar a renda familiar. E o Coletivo de Gênero do MST é um projeto mais amplo, que procura construir um novo sujeito político e histórico, unindo os trabalhadores e trabalhadoras contra o poder hegemônico, reconstruindo as relações de gênero que se estabelecem nesses espaços. É importante afirmar que as mulheres que fazem parte dessas organizações reconhecem sua tripla jornada. Esses são exemplos de organização das mulheres dentro da luta pela terra que concretizam o desejo de mudança da realidade. Diante disso, é muito significativo falar sobre o papel da mulher nos movimentos da luta pela terra, sendo uma luta pelas necessidades básicas de sobrevivência.

Entrelaçando histórias: A luta pela terra no Assentamento Horto Bela Vista em Iperó/SP

Esse tópico dedica-se a analisar a entrevista realizada com a assentada Maria Rodrigues, assentada, militante do MST, mãe, avó, produtora agroecológica, com o objetivo de compreender, a partir de sua narrativa, os processos que marcam a luta pela terra no Assentamento Horto Bela Vista em Iperó, buscando evidenciar a mulher como agente constituinte desse território. Partir de sua trajetória de luta pela terra procura-se demonstrar o papel das mulheres, enquanto sujeitos históricos e protagonistas da luta pela reforma agrária, permitindo traçar reflexões sobre as formas de resistência dessas mulheres.

Para alcançar tais objetivos, será utilizada a entrevista oral realizada com a assentada em seu lote, conhecido como Lote Mãe Terra (Figura 1). A entrevista ultrapassa os simples registros de fatos, configurando-se como um instrumento que possibilita ter acesso às dimensões da experiência social, como os modos de vida e resistência, que de acordo com Queiroz (1988), é um método de pesquisa e um movimento de valorização das memórias coletivas e individuais. Essa abordagem permite buscar elementos simbólicos, culturais e políticos que estruturam as relações sociais, sendo então, fundamental para compreender as relações de gênero na luta pela terra. A análise da entrevista será articulada com o escopo teórico que fundamenta essa pesquisa.





Figura 1 - Lote Mãe Terra



Fonte: Registro da autora 1, 2025.

As falas da assentada Maria evidenciam como a luta pela terra é atravessada pelas desigualdades de gênero, revelando que para além da conquista do território, as mulheres enfrentam desafios específicos. Ao dialogar com a Maria ficam nítidas as diversas camadas de inviabilização que são impostas as mulheres, ainda que essas estejam presentes em todas as etapas da luta, do acampamento ao assentamento, seus papéis são naturalizados no campo da reprodução, organização doméstica e cuidado. Ao longo da entrevista, a Maria ressalta como o trabalho das mulheres está ancorado em uma lógica de múltiplas jornadas, nas quais precisam equilibrar todas as demandas:

Elas acompanham os homens em todas as atividades que os homens fazem e ainda fazem mais isso. [...] E a terceira jornada é os cuidados internos domésticos. Então, ela sempre tem três jornadas (Maria).

Isso ilustra o que Federici (2017), aponta como a naturalização da exploração do trabalho feminina pela perspectiva do amor, sendo configurado como o “trabalho por amor”, sendo o suporte da vida e da luta que não são reconhecidos da devida maneira.

Essa invisibilização do trabalho das mulheres pode ter se aprofundado com a mudança do acampamento para o assentamento, uma vez que Maria afirma que “no acampamento, o homem e a mulher estavam juntos ali na linha de frente, mas, com a consolidação do lote, volta essa questão do privado.”

Isso reafirma a divisão sexual do trabalho no campo a partir da lógica patriarcal da propriedade, o acesso à terra, embora formalmente coletivo, assume as desigualdades de gênero, pois os homens assumem a figura do produtor, sendo o agente público, enquanto as mulheres permanecem confinadas à esfera do cuidado, autoconsumo e reprodução da força de trabalho. No que diz respeito às atividades desempenhadas pelas mulheres Maria, aponta que

Quando a mulher camponesa vem um pé de alface, não é igual a mulher urbana que vai lá e compra no mercado o pé de alface. Ela tem que pensar na preparação do canteiro, na semente, plantar, manejar pra depois colher





Dessa forma, é possível refletir que as mulheres estão profundamente ligadas a um sistema produtivo invisibilizado, essencial para a vida camponesa, Federici (2017), traz essa perspectiva com o emprego do termo “trabalho invisível”, pois sustenta a vida, mas não é reconhecido economicamente e nem politicamente.

Maria, aponta ainda essa desigualdade em relação a administração dos recursos financeiros, quando diz que, “O homem que tem essa roça, depois vai pra rua vender [...] ele só vai e faz o comércio. Ele vai na hora que vai pegar o dinheiro. E o dinheiro não fica com ela”. É possível observar através das falas da entrevistada Maria, que mesmo quando as mulheres são protagonistas em todas as atividades produtivas, como o cuidado, plantio e colheita, o reconhecimento financeiro e social é destinado aos homens, fazendo com que a subalternização das mulheres aconteça pelo trabalho não reconhecido, pelo controle da renda e o poder de decisão.

É válido mencionar que a militância é um espaço marcado pela desigualdade de gênero, Maria afirma que “Se um homem tem menos do que isso [experiência militante], às vezes é mais conhecido. 3 anos já tá totalmente em direção nacional. E as mulheres, não”. Isso evidencia que mesmo quando envolvidas em movimentos sociais, dificilmente as mulheres ocupam cargos de liderança, e quando o fazem estão associadas às tarefas do cuidado ou acolhimento. Para a assentada Maria, esse fato é marcado por uma dupla deslegitimação. “A mulher militante é vista como mulher pública. A mulher pública é puta. [...] As mulheres também que ficam na base, elas pensam que é assim”.

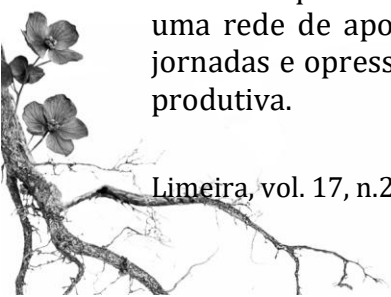
Trata-se da perpetuação dos ideais patriarcais, em que uma mulher fora do lar está transgredindo a ordem natural, sendo penalizada moralmente e simbolicamente. Retomando as reflexões de Federici (2020), que nos traz que o controle sobre os corpos das mulheres é também um controle sobre sua força reprodutiva. Ao se assumir uma militante a mulher passa a ser estigmatizada, desestimulada e, muitas vezes, abandonada, ficando exausta. Maria, aponta que “Muitas mulheres acabam desistindo. Elas não participam. Não aguentam. O sistema fala que elas não querem. Elas não sabem. Não tem capacidade. Não sabe falar em público”. A reprodução das violências ocorre, de diferentes formas, perpetuando a invisibilidade das mulheres na luta pela terra. Portanto, tensionar esse silenciamento é necessário.

Ao longo da entrevista, Maria deixa claro como a falta de reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos estruturam as relações no assentamento. Ela ressalta que as mulheres camponesas realizam sua luta de forma ética, articulando seus passos com os afazeres cotidianos, a lida com a terra, com a família, com a coletividade, entrelaçando entre a luta política e o trabalho reprodutivo.

Ao enfatizar que “a mulher é bastante direta, do ponto de vista da ética” Maria, aponta que as mulheres carregam consigo a luta nas relações com a família e com a comunidade, ressaltando o protagonismo ético-político das mulheres camponesas, que articulam cuidado, produção e reprodução da vida, desafiando a lógica produtiva e individualista dominante.

A entrevistada relata o que seria uma punição simbólica e material imposta às mulheres que emergem como lideranças. Maria, diz que, “Quando ela aparece, a turma já qualifica como egoísta, isso gera um nível de ciúme do caramba”. Apontando que a forma como a liderança feminina é vista é marcada por suspeitas e difamações, que atingem a vida pessoal delas. Nesse mesmo relato é notório essas questões quando ela diz que foi acusada de “andar com todos os homens”. Araújo (2014), diz que os boicotes morais, enfrentados por mulheres em espaços de poder, ressaltam como o patriarcado estrutura o imaginário e a prática das lutas.

Ao longo da entrevista Maria, em seu relato pessoal, expressa a realidade de milhares de mulheres, quando diz, “cansei, chega uma hora que cansa”, revelando o desgaste que as mulheres que lutam pela terra vivenciam, sendo muitas vezes isoladas e sobrecarregadas, sem uma rede de apoio sólida. Sendo a realidade que Faria (2013), chama de sobreposição de jornadas e opressão, que afetam as mulheres camponesas em sua atuação política, familiar e produtiva.





Ainda como referências as inúmeras dificuldades enfrentadas pelas mulheres do assentamento, Maria nos fala sobre o que ela chama de boicote econômico, pois “a gente, que é as mulheres donas das propriedades, somos as mais pobres do assentamento”, evidenciando a desigualdade no acesso e controle dos recursos produtivos. Uma vez que, o acesso à terra, ao crédito e à titularidade, embora já tenha ocorrido avanços, ainda se dá de forma desigual entre homens e mulheres, mesmo com políticas públicas voltadas para essas questões.

Em relação às políticas públicas, a Maria, aponta as contradições que existem, quando relata que “o Estado finge que reconhece a mulher, que está dando crédito, mas está repartindo aquele dinheiro lá” (dinheiro destinado ao homem/família). Ela reconhece a importância de programas como o Pronaf Mulher, mas são insuficientes para transformar a realidade das camponesas que lutam pela terra. Nobre (2015), nos mostra que o reconhecimento formal precisa vir acompanhado de mudanças estruturais, que rompam com a lógica que atribui às atividades desenvolvidas pelas mulheres como “ajuda”.

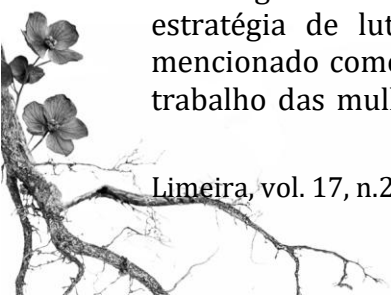
A perspectiva da ideia de “ajuda” desempenhada pelas mulheres é observado e problematizado pela entrevistada, quando aponta que “essa coisa de falar que a mulher ajuda, para as mulheres que não tem consciência, é uma coisa bonita, parece que está reconhecendo o papel delas”, mas é evidente que a noção de “ajuda” está distorcendo o trabalho real das mulheres, sendo uma força de trabalho não reconhecida e muito menos remunerada. Federici (2017), traz contribuições para essa discussão apontando o trabalho das mulheres como pilar oculto da economia capitalista.

É importante destacar que durante a entrevista, a assentada menciona a luta por reconhecimento documental das mulheres no campo, “as mulheres do campo não tinham identidade (documento), para ter CPF precisou ser feita uma campanha nacional para que as mulheres tivessem documentação”. Faria (2013), destaca que essas mobilizações foram decisivas para a construção de políticas de gênero no campo, que muitas vezes é limitada a uma abordagem superficial da desigualdade. Durante a entrevista, Maria, menciona a marcha das Margaridas, que ela chegou a participar, lutando por direitos fundamentais das camponesas, sendo um fato histórico de grande importância.

Em seu relato de luta pela terra, ela problematiza a ideia de empoderamento das mulheres camponesas, fato esse, construído pelo trabalho externo precarizado, pois muitas mulheres para buscar sua independência ou sobrevivência, trabalham como empregadas domésticas nos bairros próximos ao assentamento. Maria diz, “a gente não vê nenhuma mulher que sai trabalhar fora que consegue comprar um carro, sair de férias [...] ela só pega os serviços precarizados”. Ecoando essa fala no debate sobre a construção da autonomia econômica das mulheres do campo que ainda estão condicionadas à exploração, informalidade e sobrecarga. Portanto, as desigualdades de gênero operam estruturalmente no campo, tanto nos espaços de militância quanto nas relações produtivas, afetivas e simbólicas.

É notório que o trabalho da mulher camponesa vai além da esfera do privado, ainda que muitas vezes não seja reconhecido. A entrevistada Maria, problematiza a concepção dominante da produtiva na agricultura conhecida como familiar, ela afirma que nesse arranjo, a mulher produz, mas de forma invisível, afirmação que pode novamente ser associada a Federici (2017), quando a autora escreve sobre o trabalho reprodutivo invisível, sendo o conjunto de atividades desempenhadas pelas mulheres que sustentam a vida, no entanto, são sistematicamente desvalorizadas. Maria, chama usa a expressão “pacote de atividades” não reconhecidas, evidenciando o acúmulo de tarefas que não são apontadas na íntegra pelas políticas públicas.

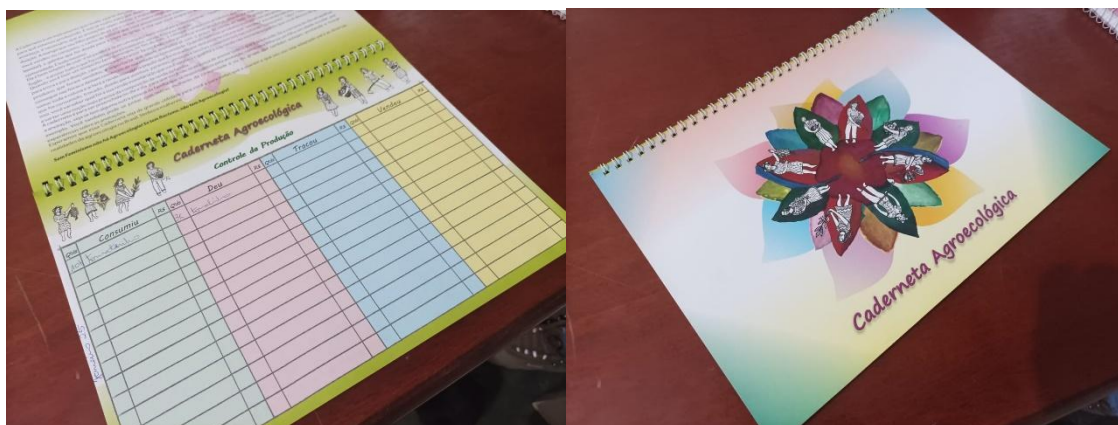
A entrevistada Maria é uma mulher que, apesar de todos os desgastes que a luta pela terra lhe trouxe, não perde a esperança em um futuro em que as mulheres tenham seu trabalho como agente constituinte do território reconhecido. E neste contexto é mencionado como estratégia de luta e resistência por parte das mulheres, as práticas agroecológicas, é mencionado como exemplo um novo programa do Governo Federal que visa permitir que o trabalho das mulheres tenha mais reconhecimento, o projeto recebe o nome de cadernetas





agroecológicas (Figura 2). Essa é reconhecida pela assentada como uma importante ferramenta para o reconhecimento da contribuição econômica das mulheres camponesas, pois permite o registro tanto da produção voltada para o consumo como de troca e venda.

Figura 2 - Caderneta agroecológica



Fonte: Registro da autora 1, 2025.

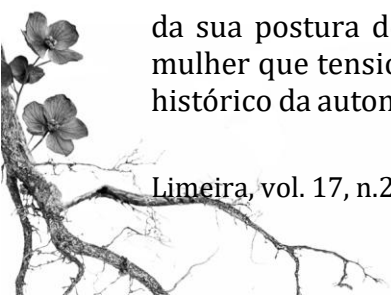
A entrevistada observa que, ao analisar os registros que já realizou, percebeu a magnitude da produção naturalizada e ignorada, muitas vezes até as próprias mulheres não têm a dimensão da sua contribuição. Essa caderneta possui uma força política e pedagógica, podendo ser compreendida de acordo com Araújo (2018), pois é possível romper com os indicadores convencionais de produtividade e valorizar uma lógica centrada na dinâmica do cotidiano dessas mulheres.

Outra iniciativa que visa valorizar o trabalho das mulheres é o Projeto dos Quintais, uma política pública voltada a ofertar financiamento próprio para as mulheres. Essas políticas são formas de garantir à mulher camponesa autonomia econômica, sendo uma crítica à estrutura patriarcal que historicamente concentrou o acesso à terra, ao crédito e a tomada de decisão nas mãos dos homens. Maria através das suas experiências reconhece as limitações dessas ações diante da força do patriarcado na agricultura convencional, mas acredita ser possível tensionar essas estruturas através de projetos coletivos e a força das mulheres.

Como mencionado, um dos pontos centrais da entrevista com a assentada Maria, é a relação entre agroecologia e a possibilidade de liberdade feminina. A assentada afirma que a agroecologia “é a mudança”, destacando que esse modo de cultivo ultrapassa a produção de alimentos, se inserindo como um movimento de transformação social. Araújo (2020), destaca como a agroecologia representa mais do que uma alternativa de cultivo, é também um projeto político que vislumbra a autonomia das mulheres e a ressignificação das relações de gênero no campo.

Maria aponta que no Assentamento Horto Bela Vista, diversas mulheres gostariam de praticar agroecologia, mas são impedidas pelos maridos, que priorizam os modelos convencionais de plantio. E isso é mencionado pela entrevistada através do que ela chama de “enfrentamento velado”, em que os homens não proíbem explicitamente a participação feminina em reuniões, mas sobrecarregam as mulheres com tarefas domésticas, dificultando sua atuação política e econômica. Nobre (2018), destaca que esse mecanismo de exclusão indireta, propiciado pela carga de trabalho invisível das mulheres, é uma das principais dificuldades para a libertação.

A assentada relata a sua experiência de isolamento dentro do Assentamento, por conta da sua postura de luta contra o machismo e o patriarcado. Por ser uma marginalização da mulher que tensiona as normas estabelecidas, Federici (2017), descreve como o cerceamento histórico da autonomia feminina é estabelecido. Diante desse contexto, evidencia a importância





de discutir a invisibilidade da mulher na luta pela terra, e demonstrando como a luta pela agroecologia é uma luta pelo reconhecimento e pela valorização das mulheres no campo.

Considerações finais

A luta pelo acesso à terra no Brasil é marcada por desigualdades estruturais, em que as mulheres desempenham um papel de agente fundamental na constituição dessa luta, mas são frequentemente invisibilizadas. Como evidenciado ao longo dessa pesquisa, a divisão sexual do trabalho nos assentamentos e acampamentos refletem a reprodução das desigualdades de gênero, limitando a participação das mulheres em diversos momentos, principalmente no que diz respeito às tomadas de decisões. Além disso, observa-se a perpetuação de seu trabalho como “ajuda”, promovendo uma desvalorização de seu trabalho.

No entanto, é notório que as mulheres resistem a essas opressões e ainda constroem alternativas coletivas, como por exemplo os coletivos femininos dentro da luta pela terra, que buscam garantir maior autonomia e reconhecimento para as camponesas que constroem esses territórios de luta. As experiências analisadas revelam que a luta pela terra é também uma luta pelo reconhecimento das mulheres como agentes políticos e históricos.

A trajetória da assentada Maria Rodrigues exemplifica como as mulheres estão resistindo no campo, enfrentando inúmeros desafios, múltiplas jornadas de trabalho e barreiras estruturais que dificultam a sua participação ativa nos espaços públicos. Sua história alinhada com o debate teórico reafirma que a perspectiva de gênero é indispensável para a compreensão dos processos da luta pela terra.

Dessa forma, essa pesquisa reforça a necessidade de uma abordagem que valorize o papel da mulher na luta pela terra, reconhecendo o seu trabalho e contribuição na constituição desses territórios. Compreende-se, assim, a luta pela terra como um espaço de transformação social e política.

Referências

ARAÚJO, Malu. **Agroecologia e Feminismo: Uma Construção Necessária**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

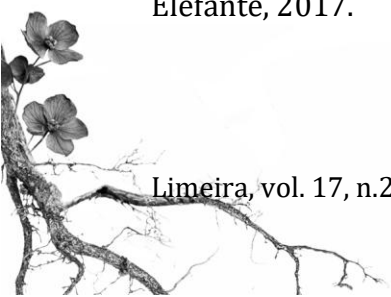
ARAÚJO, Malu. Gênero e poder nos movimentos sociais: desafios para a construção da igualdade. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (org.). **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014. p. 151-175.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 2 v.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FARIA, Nalu. A economia feminista e a crítica ao sistema capitalista e patriarcal. In: NOBRE, Miriam; NOBRE, Rosa; FERREIRA, Silvia (org.). **A economia feminista e a economia solidária: um debate necessário**. São Paulo: SOF – Sempre Viva Organização Feminista, 2013. p. 25-39.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.





FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**. São Paulo: Elefante, 2017.

FERRANTE, V. L. S. B.; DUVAL, H. C. Vozes e Ações Das Mulheres na Trajetória dos Assentamentos Rurais. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 391-418, 2009. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2009.v12i1.64. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/64>. Acesso em: 7 jan. 2025.

GARCIA, Maria Franco. **Trabalhadoras rurais e luta pela terra: interlocução entre gênero, trabalho e território**. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, v. VI, n. 119 (27), número extraordinário dedicado ao IV Coloquio Internacional de Geocrítica (Actas del Coloquio), 1 ago. 2002. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-119-27.htm>. Acesso em: 2 abr. 2025.

NOBRE, Miriam. **Feminismo e Agroecologia: Resistências e Alternativas ao Capitalismo**. São Paulo: SOF, 2018.

PAULA, Larissa Araújo Coutinho de. **A bela flor do/no campo: por uma geografia de gênero e r(existência) em assentamentos rurais do interior de São Paulo**. 2020. 392 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2020. Orientadora: Rosângela Aparecida de Medeiros Hespagnol. Disponível em: <https://www.fct.unesp.br/#!/pos-graduacao/--geografia/dissertacoes-e-teses/diss-e-teses-2020/>. Acesso em: 11 jan. 2025.

RUA, Maria das Graças. **Companheiras de luta ou "coordenadoras de painéis"?: as relações de gênero nos assentamentos rurais**. Colaboração de Miriam Abramovay. Brasília: UNESCO, 2000. 347 p.

